

MÍDIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO DA “VIOLÊNCIA URBANA” NA IMPRENSA CARIOCA

Edilson Márcio Almeida da Silva¹

Inegavelmente, os estudos sobre *violência* ocupam hoje uma posição central nos debates entre pesquisadores brasileiros. Embora não se possa subsumir a variedade de objetos/violência sob um conceito uno e sintético², levantamentos na área das ciências sociais (KANT DE LIMA et alli: 2000; ZALUAR: 1999) atestam que, nas últimas décadas, produziu-se no Brasil um considerável acúmulo de trabalhos voltados, direta ou indiretamente, para a temática em questão. Nesse sentido, um dos eixos que vêm sendo crescentemente privilegiados diz respeito aos estudos sobre a chamada “violência urbana”, recentemente transformada de “problema social” em “objeto sociológico” (LENOIR: 1998) e, concomitantemente, alçada à inequívoca condição de *problemática obrigatória*³.

Pesquisadores diversos (por exemplo, cf. Misse: 1999; Machado da Silva: 1995) têm discutido problemas relativos ao recrudescimento da criminalidade e da violência no Brasil. Segundo eles, o fenômeno estaria diretamente relacionado a uma série de transformações conjunturais que, desde a década de 70, vêm se impondo a diferentes cidades de grande e médio porte do país. Paralelamente ao crescimento do tráfico de drogas ilícitas e, conseqüentemente, à expansão quantitativa da violência (que pode ser

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF).

² Apesar de não pretender discutir a noção de “violência”, tampouco utilizá-la como operador analítico, é preciso salientar que, sociológica e historicamente, ela tem ensejado as interpretações mais diversas. Pode-se afirmar que, como tantas outras, não se trata de uma noção que obedeça a qualquer acordo semântico ou ético-cultural. Cumpre observar, assim, que o emprego do termo far-se-á aqui a despeito de sua polissemia e das implicações enredadas pelo uso, muitas vezes generalizante, vago e impreciso, que no senso comum e mesmo no meio acadêmico recorrentemente se lhe conferem.

³ Tomo aqui emprestada a noção de *problemática obrigatória* tal qual formulada por Bourdieu (2001, p. 207), isto é, como uma das temáticas prevaletentes nas abordagens e discussões de um dado contexto sociohistórico que, como tal, faz parte de um “repertório de lugares-comuns” ou “conjunto de questões obrigatórias que definem o campo cultural de uma época”.

depreendida, por exemplo, do crescente número de homicídios nas capitais⁴), os estudiosos apontam a consolidação de mudanças qualitativas nos padrões de criminalidade, o que tem resultado na intensificação do verdadeiro estado de insegurança presente em diferentes pontos do território nacional.

Foi partindo do pressuposto de que, nas últimas décadas, a temática da “violência urbana” tem despertado interesse geral e assumido crescente importância, ocupando, com notável regularidade, espaços nobres na mídia e, particularmente, a primeira página dos principais jornais brasileiros, que concebi este texto cujo propósito é, tão-somente, contribuir para a compreensão do modo como são construídas as *representações da violência urbana* na imprensa. Para realizá-lo, dirigi o foco para a cidade do Rio de Janeiro e acompanhei o processo de produção de notícias em um jornal de grande circulação na região. Com isso, procurei entender como, dentre as *violências* do dia-a-dia, os seus profissionais selecionam aquilo que deve ser noticiado, o que tem potencial para se tornar manchete de primeira página e, contrariamente, o que, dentro de uma escala de valores específica, acaba por ser pouco explorado ou mesmo excluído do espaço do jornal.

É, pois, sobre essa experiência de pesquisa e algumas das primeiras impressões por ela suscitadas que trata o texto a seguir.

CAMPO EMPÍRICO E UNIDADE ANALÍTICA DA PESQUISA

Conforme já foi enunciado, o objeto de interesse deste artigo reside na compreensão do processo de produção de notícias na grande imprensa carioca e, particularmente, do modo como é abordada a temática da “violência urbana”. Por conta disso, entre os meses de março e agosto de 2005, realizei trabalho de campo na redação de um conhecido jornal do

⁴ Por figurar, segundo os dados oficiais, entre as capitais que apresentam os mais elevados índices de criminalidade, o Rio de Janeiro ilustra satisfatoriamente as afirmações acerca da expansão quantitativa da violência. Conforme um levantamento da Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro, apenas a região do Grande Rio teria sido palco de 43.601 assassinatos durante a década de oitenta. De acordo com tais dados, a década seguinte assistiu ao agravamento desse quadro, uma vez que foram assassinadas 73.430 pessoas entre o início dos anos noventa e meados do ano 2000 (SODRÉ, M. Sociedade, Mídia e Violência. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2002, p. 13-14).

Rio de Janeiro, ocasião em que tive oportunidade de assistir a seminários, participar de reuniões, conversar com repórteres, entrevistar editores e chefes de reportagem, enfim, acompanhar *in loco* as rotinas que compõem o seu processo diário de produção da notícia. Paralelamente a isso, durante um período de aproximadamente sete meses (entre janeiro e agosto de 2005), li e fichei todas as edições deste mesmo jornal, procurando destacar e analisar um conjunto de reportagens que, *a posteriori*, foram mapeadas comparativamente, a fim de verificar, entre outras coisas, a frequência, a forma de apresentação e a importância relativa conferida às notícias que lidam especificamente com a temática da “violência urbana”.

O jornal analisado na pesquisa tem uma tiragem média de 260 mil exemplares nos chamados dias úteis e 380 mil aos domingos, o que o leva a figurar entre os três maiores veículos do setor no ranking nacional de vendagem⁵. Mantendo-se na posição de líder absoluto entre as classes A e B do Rio de Janeiro⁶, apresenta cotidianamente reportagens sobre “os principais fatos do Brasil e do mundo, em todas as áreas” e constitui-se, por assim dizer, em um jornal “noticioso”, uma vez que, pelo menos formalmente, é pautado por “um discurso que, em geral, pretende, diferentemente dos sensacionalistas, informar de forma objetiva⁷ e sem tentar provocar algum tipo de sensação ou envolvimento emocional dos leitores” (ALVES: 2001, p.15).

⁵ Fonte: IVC (Instituto Verificador de Circulação), maio de 2005.

⁶ Segundo o IVC, no mês de maio de 2004, a circulação do jornal pesquisado foi a seguinte: 1% dos leitores (3.096) residia em São Gonçalo; 3% (6.848) estavam concentrados na Baixada Fluminense; outros 3% (6.660) encontravam-se no Centro da cidade; 4% (8.649) viviam na região da Leopoldina; 8% (16.165) eram de Niterói; 9% (18.878) da Zona Central; 17% (36.382) da Zona Norte; enquanto a maioria deles (55% ou 117.078 leitores) estavam concentrados na Zona Sul da cidade, notadamente uma região em que residem, entre outros, segmentos populacionais de alto poder aquisitivo.

⁷ Evidentemente, a definição serve a fins meramente analíticos, isto é, para o estabelecimento de distinções entre este tipo de jornal e outros veículos, comumente acusados de “populares” ou “sensacionalistas”. Deriva, pois, de um recurso identitário de auto e hetero-representação acionado pelos próprios profissionais da informação. A propalada “objetividade jornalística”, embora possa ser desejada, apresenta-se como algo inatingível, uma vez que “o ato mesmo de relatar algum fato implica envolvimento, mesmo que este seja inconsciente” (ALVES: 2001, p.60). Desse modo, ao contrário do que recorrentemente se apregoa, “transformar um fato em notícia não é o mesmo que reproduzir singelamente o que ocorreu. Transformar um fato em notícia é também alterá-lo, dirigi-lo, mutilá-lo” (MARCONDES FILHO, 1986, p.66).

A empresa responsável pela produção do diário conta, atualmente, com uma equipe de 353 jornalistas⁸ distribuídos entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Destes, 311 atuam na redação da matriz carioca, uma verdadeira “usina de notícias” que funciona de forma ininterrupta. Quando as máquinas no parque gráfico começam a imprimir os exemplares da edição que acabou de fechar, os profissionais voltados para o levantamento e organização do próximo número ‘ganham a cena’ e dão continuidade a uma rotina que se apresenta, dia após dia, como uma espécie de ciclo sem fim.

A redação funciona em turnos variados e divide-se em seccionais delimitadas por áreas temáticas (política, economia, esportes, etc). Além destas – significativamente chamadas “editorias da cabeça” –, o jornal conta com, pelo menos, dez suplementos que tratam de assuntos diversos (automóveis, agenda cultural, empregos, moda, etc.) e, ao contrário delas, cujas publicações são diárias, circulam apenas uma ou duas vezes por semana. Dentre as editorias principais, há, como é comum entre os jornais de grande circulação, uma que se ocupa particularmente do noticiário local. Por ser a que lida mais direta e recorrentemente com as *representações da violência urbana*, foi sobre esta editoria (que, a partir daqui chamarei simplesmente de *local*), suas atividades e profissionais que recaiu, de modo especial, a minha atenção⁹.

Maior editoria do jornal, a *local* conta atualmente com uma equipe de trinta jornalistas, número bastante superior ao de outras importantes seccionais como, por exemplo, a de *economia* (que possui apenas onze) ou a de *assuntos internacionais* (que conta, hoje, com apenas nove profissionais). Conforme explica o editor, ela “pode ser considerada a alma da redação, pois é a única editoria que funciona 24 horas, ou seja, sempre tem alguém aqui seja na madrugada seja no réveillon”. Prova disso reside no fato de que, às 7h, quando tem início o primeiro turno, há apenas um chefe de reportagem e um

⁸ Pelo menos, este foi o número oficial que, durante a pesquisa, foi disponibilizado pela direção do jornal. Através de conversas informais, porém, foi possível tomar ciência da existência de outros profissionais (os chamados *free-lancers*) que, por razões trabalhistas, acabam não constando nos quadros da empresa. Seu número exato, contudo, não foi possível levantar.

⁹ Isso não significa, porém, que eu tenha deixado de entrevistar ou conversar com profissionais de outras editorias, nem de percorrer ou observar as demais dependências que compõem o jornal. Pelo contrário, o contato com repórteres, fotógrafos, editores e redatores das diversas seções permitiu, por vezes, a observação de posicionamentos distintos sobre um mesmo assunto, o que possibilitou uma rica coleta de dados, posto que obtida a partir de múltiplas perspectivas.

repórter da *local* na redação. Eles “rendem” o plantonista da madrugada (também da editoria), ao passo que os demais jornalistas vão chegando ao longo do dia, de acordo com a necessidade dos picos de produção.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS

Do levantamento à apuração das notícias, da definição dos enfoques à redação final das reportagens, nas editorias são desenvolvidas, diariamente, inúmeras atividades e rotinas profissionais. Dentre tais atividades, há que se destacar as chamadas reuniões de pauta da *local*, ocasiões durante as quais uma série de princípios praxiológicos são postos em ação, expondo, de forma muitas vezes explícita, as idéias, os valores e as hierarquias internas que estruturam não só o funcionamento da seccional mas também o de toda a redação do jornal.

A título ilustrativo da dinâmica de funcionamento de tais reuniões, apresentarei uma reportagem (veiculada na edição de 27 de julho de 2005) para, em seguida, discutir as características daquilo que chamarei aqui de *sensibilidade jornalística* dos profissionais da *local*. A idéia de *sensibilidade jornalística*, adaptada da noção de *sensibilidade jurídica*, tal qual formulada por Geertz (2000), tem o seu uso assentado na compreensão de que ambas as noções correspondem a “princípios abstratos” que subjazem à produção de “estórias sobre ocorrências reais” (p.325). Assim, se a notícia corresponde a uma “ficção”, ou seja, a “algo construído”, “modelado”, enfim, a “uma fabricação” (GEERTZ:1989), a *sensibilidade jornalística* deve, pois, ser entendida como o modo de concepção que orienta tal fabricação, isto é, como o elemento virtual que sobredetermina as diferentes maneiras de perceber, formular e elaborar a notícia no interior de um dado contexto sócio-profissional.

Ao apresentar alguns aspectos do processo de produção de uma reportagem específica (que, sem sombra de dúvida, trata-se de um caso-limite), pretendo mostrar como um mesmo fato noticioso é passível de receber tratamentos diversos, que, via de regra, podem ser orientados tanto pela noticiabilidade do fato em si, como pela linha editorial do jornal, pelos interesses político-econômicos em jogo ou, até mesmo, pela preferência temática que determinados funcionários do jornal, porventura, manifestem.

A reportagem em questão é a seguinte:

BALA PERDIDA ATINGE CORPO EM CAPELA NO CATUMBI
Projétil foi disparado durante confronto entre PMs e traficantes no Morro de São Carlos, vizinho ao cemitério

A paz, sonho distante dos vivos, parece ser vedada também aos mortos no Rio. Enquanto era velado, ontem, no Cemitério de São Francisco de Paula, no Catumbi, o corpo da babá Clenilda da Silva foi atingido por uma bala perdida. A insólita cena se deu durante um tiroteio no vizinho Morro de São Carlos, que obrigou parentes e amigos de defuntos velados nas capelas a se jogarem no chão. Marcas de tiros nas paredes do cemitério e em árvores revelam que não foi um caso isolado. Pelo menos uma bala, aparentemente de fuzil, estilhaçou a janela da capela antes de atingir o caixão.

– A parte mais intensa do tiroteio começou mais ou menos às 13h15m e durou cerca de dez minutos. Eu estava velando o corpo do meu pai, na capela vizinha à dela. Os tiros eram tantos e tão altos que as pessoas foram para o corredor, muitas se jogaram no chão, apavoradas – lembrou o taxista Augusto Salgado da Silva Filho. – Ouvimos um barulho muito forte de vidro se quebrando. Quando eu fui até a capela H, vi a janela estilhaçada e o corpo dela perfurado. A administração do cemitério se limitou a retirar rapidamente a janela quebrada.

A bala, aparentemente, alojou-se em algum lugar na bacia da babá. Parentes de Clenilda, que morreu anteontem, aos 49 anos, vítima de infarto, contaram que, temendo a falta de segurança no cemitério, preferiram não passar a noite velando o corpo. Ninguém chamou a polícia, não houve perícia e Clenilda foi enterrada com a bala. A enfermeira Maria de Lourdes Pereira da Silva, irmã da babá, com quem ela vivia na Penha, se disse perplexa:

– É triste demais tudo isso. Meu Deus, levar um tiro depois de morta! – lamentou Maria de Lourdes. – Clenilda sofreu antes de morrer. Fazia um tratamento devido a uma doença no abdome e, numa das internações, foi contaminada por uma bactéria que os médicos ainda não sabem qual é. Ela teve infecção generalizada e morreu de infarto.

O administrador do cemitério, Norberto Ferreira, disse que foi um caso isolado.

– Quando há guerras entre traficantes e entre policiais e bandidos, as balas podem até chegar à parede, mas jamais tinham quebrado um vidro e entrado numa capela. Esse lugar é tão perigoso quanto qualquer outro do Rio. Nossa ação na retirada da janela foi rápida porque o vidro quebrado poderia machucar alguém.

O 1º BPM (Estácio) informou que o tiroteio de ontem foi entre policiais e traficantes do São Carlos. De acordo com a polícia, um menor, acusado de tráfico, foi detido, enquanto outro, baleado, procurava socorro no Hospital Souza Aguiar. Um fuzil supostamente usado por ele no tiroteio foi apreendido.

Com chamada na primeira página do jornal e ocupando o alto da segunda página da seção *local*, a reportagem é acompanhada de uma fotografia do corpo da vítima (com o

Morro de São Carlos ao fundo) e de uma pequena coluna, intitulada “Insegurança já virou rotina”. Nesta coluna, informa-se que a direção de muitos cemitérios do Rio têm desaconselhado ou proibido a realização de velórios à noite e que, além disso, “traficantes, segundo a polícia, não estariam permitindo que bandidos rivais fossem enterrados em cemitérios como o de São Francisco Xavier (Caju), Murundu (Realengo), Inhaúma e Cacua (Ilha do Governador)”. No mais, a reportagem em si detalha apenas o que foi noticiado na primeira página¹⁰, apresentando, de forma ilustrativa, falas de testemunhas e outros envolvidos que, praticamente, limitam-se a comentar o ocorrido.

Embora, como mencionei, a reportagem tenha dado primeira página, com foto, não é o seu conteúdo propriamente dito que importa, uma vez que ele pouco revela sobre a estrutura de funcionamento da editoria *local*. O objeto de interesse, vale frisar, reside nos “bastidores” da construção da notícia que, dado o seu caráter ao mesmo tempo arquetípico e, pode-se dizer, inusitado, serviram de base para os comentários e ilações que se seguem.

A exemplo do que ocorre em toda a redação do jornal, a *local* está dividida, desde o ano 2000, em “times”. Assim, além de um editor, um editor-adjunto e três chefes de reportagem, a editoria conta, atualmente, com subeditorias que dividem entre si responsabilidades, funções e temas específicos¹¹. Essa divisão faz com que, durante as reuniões, as notícias pautadas sejam amplamente debatidas, a fim de, com isso, avaliar a sua importância e definir em que lugar do jornal elas devem (ou não) ser publicadas.

O espaço mais nobre e concorrido é, por uma série de razões, o de abertura da seção. Por ocupar a primeira página, o chamado *abre* chega mesmo a receber um tratamento diferenciado por ser aquele que traz a público a notícia considerada mais importante do dia. A definição do *abre*, conforme observar-se-á, não se faz acompanhar, necessariamente, de decisões consensuais ou coisa parecida. Pelo contrário, rotinas como

¹⁰ Na primeira página do jornal, sob o título “Bala perdida atinge morta em velório”, consta o seguinte texto: “O corpo da babá Clenilda da Silva foi atingido ontem por uma bala perdida, enquanto era velado no Cemitério do Catumbi, causando pânico. Na hora, acontecia um tiroteio no Morro São Carlos”.

¹¹ A *local* conta, atualmente, com uma subeditoria de *Infra-estrutura* (que aborda assuntos relativos a transportes, obras, meio ambiente e geral), uma de *Administração* (que trata de temas como governo, Assembléia Legislativa, Câmara, eleições, etc.) e, por fim, uma denominada *JUPOL* (que aborda, especificamente, assuntos concernentes à Justiça e à Polícia).

essa evidenciam, muitas vezes, a coexistência dos múltiplos critérios de noticiabilidade que perpassam não só as visões como as práticas profissionais dos jornalistas da *local*.

Como é de praxe, durante a reunião do dia 26 de julho, a pauta era lida pelo editor responsável¹² e, subsequente, comentada pelos subeditores e chefes de reportagem (qual repórter vai cobrir que assunto, qual o andamento das reportagens, quais delas devem ser acompanhadas de fotos, etc.). Tudo transcorria dentro da normalidade, até que uma das subeditoras pronunciou-se sobre o que, na sua opinião, deveria ser o *abre* do dia. Segundo a jornalista, era possível até ver a manchete estampada no dia seguinte: “*BALA PERDIDA NO RIO NÃO PERDOA NEM DEFUNTO*”. A despeito, porém, do seu entusiasmo, o editor-adjunto não só se mostrou pouco animado com a idéia como apresentou um posicionamento notadamente diverso em relação ao assunto. Segundo ele, a notícia de abertura da edição deveria ser uma outra, que tratava da repercussão de uma medida adotada pela Secretaria Municipal de Governo proibindo o uso de equipamentos de som nos quiosques da Lagoa Rodrigo de Freitas.

A subeditora, em defesa de seu ponto de vista, alegava que seria possível relacionar o caso da bala perdida com outros tantos ocorridos no Rio, tais como, por exemplo, o fechamento de escolas e estabelecimentos comerciais a mando de traficantes. Com isso, acreditava ela, poder-se-ia não só noticiar o caso em si (um defunto alvejado por um tiro num cemitério da cidade) como promover uma discussão mais ampla acerca do “crescimento da violência” e da mudança de hábitos que, conseqüentemente, estaria sendo impingida aos cariocas. Para reforçar o seu argumento, a profissional recordou que, há meses, eles já teriam construído um *abre* dessa mesma forma, a partir do que ela descreveu como “um *fait-divers* ocorrido no Jardim Botânico”.

Diante da sua insistência (e para minha surpresa), o editor respondeu assertivamente com a seguinte observação “você acabou de falar a palavrinha mágica: Jardim Botânico”. E, com isso, encerrou a discussão, dando a entender que, caso não surgisse uma notícia

¹² Na ocasião, o editor da *local* estava de férias e, em seu lugar, assumia, interinamente, o editor-adjunto.

considerada mais importante no decorrer do dia¹³, o *abre* da *local*, naquela edição, acabaria sendo, conforme sua deliberação, sobre o “barulho na Lagoa”.

Um primeiro comentário que pode ser feito a partir desse episódio diz respeito às relações hierárquicas que envolvem o processo de produção da notícia.

Conforme evidencia o caso em questão, embora haja espaço para discussão quando da definição das prioridades noticiosas, a palavra final, ou seja, a tomada de decisão sobre elas, acaba sendo mesmo do editor, o que gera, entre outras conseqüências, uma verdadeira personalização da editoria e de seus produtos. Entre um sem-número de situações possíveis, essa personalização pode ser percebida, por exemplo, pela freqüência com que são ouvidas, na *local*, frases como “o Fulano não gosta...” ou, mais comumente, “o Fulano é quem manda na *local*”.

Certa vez, durante conversa informal com um de seus produtores, fui apresentado a uma explicação sobre como, supostamente, funcionaria a editoria. Para isso, o profissional me mostrou uma reportagem e, com tom professoral, desfilou o seguinte comentário: “isso aqui não é notícia!”. A reportagem (que havia aberto a seção *local* no dia), segundo ele, não interessaria a ninguém e, por isso, não era digna de ocupar um lugar tão destacado no espaço do jornal. Após isso, o profissional promoveu uma rápida enquête a fim de levantar quantos repórteres da seccional tinham lido o *abre* naquele dia¹⁴. A lógica proposta era simples: se a reportagem em questão não era capaz de suscitar interesse nos próprios jornalistas, não haveria de interessar, conseqüentemente, ao grande público. A posição era,

¹³ A reportagem de abertura da *local* acabou sendo uma denominada “Um pitbull com liminar” e tratava da licença obtida por um casal, junto à Justiça, para passear livremente com sua cadela, contrariando, com isso, o decreto 37.921 da governadora Rosinha Garotinho, segundo o qual cães das raças pitbull, dobermann, fila e rotweiler só poderiam circular em locais públicos entre as 22h e 5h, ainda assim com focinheiras e enforcadores. Como é comum ocorrer no jornal, esta notícia, que apareceu de última hora, acabou por obnubilar as demais, assumindo grande importância, por se tratar, entre outras razões, de uma polêmica recente (o decreto tinha sido baixado há vinte dias) que vinha sendo cuidadosamente acompanhada pelos jornalistas daquela editoria.

¹⁴ Dos três repórteres ouvidos, apenas um tinha lido a reportagem. Ainda assim, disse que o fez porque teria que escrever uma reportagem para a edição de domingo sobre o mesmo assunto. Cabe salientar que os repórteres que participaram da enquête o fizeram sem receber qualquer explicação a respeito do porquê de sua realização.

pois, claramente pragmática. De acordo com sua ótica, o tema noticiado (supostamente “desgastado” e “sem apelo”¹⁵) só teria sido o *abre* da edição “porque o editor quis!”.

Com base no exposto, é lícito supor que, se o editor não estivesse de férias por ocasião da discussão relatada, o desfecho da história poderia ter sido, ao fim e ao cabo, diferente. O que significa dizer que, a despeito do surgimento de uma nova notícia (sobre liminar concedida aos donos de um pitbull), tanto a reportagem propugnada pela subeditora quanto a escolhida pelo editor-adjunto poderiam ter, em princípio, se tornado a abertura da seção. Bastaria, para tanto, que o agente com maior poder de decisão, no caso o editor, assim o desejasse.

Sobre as hierarquias personalizadas, cabe salientar que é muito comum aparecerem na *local* propostas de reportagem com a indicação *RECO*. Ao contrário do que ocorre com os demais pontos da pauta, essas propostas são assim chamadas por terem sido, geralmente, *recomendadas* por um alto funcionário da redação do jornal, tal como, por exemplo, um editor-executivo. Se este, por alguma razão, considera que um determinado assunto deve ser abordado, sugere, então, que uma editoria específica faça uma reportagem a respeito. Muito embora não haja nenhuma determinação oficial nesse sentido, normalmente tal sugestão acaba por ser acolhida, ainda que possa permanecer engavetada por algum tempo e ser repautada até que se dê a ocasião de sua publicação.

Como se vê, tanto no episódio da reunião de pauta inicialmente relatado quanto no caso das reportagens *RECO*, há princípios hierárquicos que orientam as condutas dos diversos agentes que participam dos processos de elaboração e feitura do jornal. Evidentemente, a eventual centralidade do editor ou do editor-executivo nos processos de decisão deve-se, como explica Bourdieu (2002;1983), ao fato de que os agentes do campo jornalístico (como os de qualquer outro campo de poder) na luta para fazerem reconhecer a sua visão como objetiva (e, portanto, legítima), dispõem de forças desiguais que dependem

¹⁵ O *abre* da *local*, na ocasião, ganhou a primeira página do jornal com o título “Traficantes tentam criar base em Manguinhos”, acompanhado do seguinte texto: “Quatro traficantes foram mortos ontem em tiroteio com a PM dentro da Refinaria de Manguinhos, prestes a ser desativada, na Av. Brasil. Os bandidos tentavam instalar um ponto de embalagem de drogas”.

das relações de força simbólicas e dos trunfos diferenciais que cada um, de acordo com sua respectiva posição no interior do campo, é capaz de acionar.

Tratando especificamente do “caso da bala perdida”, um segundo comentário a ser feito diz respeito à grande importância que, na editoria, é dada à localidade onde os fatos noticiosos ocorrem, o que tem a ver, obviamente, com a distribuição geográfica do público-leitor do jornal¹⁶.

O caso em questão, conforme sugerem os bastidores de sua produção, acabou não tendo maior reverberação por ter, pode-se dizer assim, acontecido no lugar errado. Se, ao invés de ocorrer no Catumbi, o episódio tivesse se passado em algum bairro nobre do Rio de Janeiro, muito provavelmente receberia um outro tipo de tratamento e, conseqüentemente, ganharia maior visibilidade. O próprio tipo de resposta dada pelo editor-adjunto à sua colega de trabalho (“você acabou de falar a palavrinha mágica: Jardim Botânico”) revela a existência de uma visão que, de certo, impregna o comportamento do conjunto dos profissionais da *local*. Tanto que, conforme sentenciou abertamente um de seus produtores, “precisam morrer 30 na Baixada para ter o espaço no jornal que a morte de um no Leblon recebe”¹⁷.

Outrossim, pode-se dizer que a maneira como a notícia é tratada opera em consonância com um discurso social mais amplo em que se fazem notar princípios hierárquicos próprios da configuração sociocultural brasileira, notadamente *desigual* e *excludente* (DA MATTA:1979; KANT DE LIMA:1995). O “espaço” no jornal pesquisado (ou, pelo menos, os melhores espaços¹⁸) parece ser, por razões tanto materiais quanto simbólicas, reservado a temáticas que, supostamente, vão ao encontro dos interesses de segmentos sociais específicos e aos quais os jornalistas, à sua maneira, procuram satisfazer.

¹⁶ Cf. nota de nº 6.

¹⁷ O comentário refere-se à chacina ocorrida no dia 30 de março de 2005, quando vinte e nove pessoas foram assassinadas a tiros nos bairros de Queimados e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ).

¹⁸ Conforme já foi mencionado, a notícia sobre a “bala perdida” que atingiu um defunto ganhou espaço na primeira página do jornal pesquisado. Todavia, além de pequena, ela ficou circunscrita ao canto inferior direito do jornal. Por outro lado, embora, não tenha obtido plena centralidade, a notícia sobre a liminar concedida aos donos de um pitbull foi publicada na parte superior do jornal, de certo, mais importante que a anterior. Cumpre destacar que, enquanto a primeira notícia está relacionada a um fato ocorrido no Catumbi, a segunda envolveu moradores de um bairro da Zona Sul do Rio, o Leblon.

O terceiro e último comentário a ser feito diz respeito ao fato de que, conforme dados levantados no campo, a editoria *local* vem alterando, sensivelmente, a sua maneira de lidar com a temática da “violência urbana”.

Como foi relatado no decorrer do texto, existem alguns critérios que referenciam a produção da notícia. Essa multiplicidade de orientações, ao invés de consenso, gera, por vezes, dissonâncias e o estabelecimento de manifestas relações concorrenciais. No caso analisado, por exemplo, enquanto o editor-adjunto se deixava guiar por um determinado referencial (de situação socioespacial da notícia), a subeditora utilizava-se de um outro e, assim, propunha que se noticiasse um determinado caso a pretexto de promover uma discussão sobre o atual estado da segurança pública no Rio de Janeiro. Esta segunda perspectiva reflete uma orientação geral e crescente da *local*, cujo objetivo, ao que tudo indica, reside em estimular os jornalistas a procurarem ir “além do fato em si”, não se limitando, pois, ao chamado crime factual ou, como diria o editor, ao crime “no varejo”.

Daí decorre, entre outras consequências, a exigência de que o jornalista se aprofunde cada vez mais no levantamento de dados, construa suas próprias estatísticas, ouça especialistas, enfim, produza um material de qualidade que não se limite a apenas noticiar a “violência urbana”, mas que a contextualize, explique e, com isso, contribua para o seu enfrentamento. Dessa maneira, um *abre* que trate, atualmente, da temática deve ser composto esquematicamente dos seguintes elementos: uma reportagem, com foto, sobre o episódio em questão; um *box* (denominado *memória*) contextualizando o fato noticiado; uma coluna com comentários de “especialistas”, testemunhas ou pessoas próximas da(s) vítima(s) e, por fim, se necessário, um infográfico contendo ilustrações ou dados numéricos, direta ou indiretamente, relacionados à reportagem principal.

Embora continue noticiando ocorrências criminais isoladas, o objeto de interesse da editoria *local* tem sido, cada vez mais, não a velha reportagem policial, mas sim o que eles atualmente denominam *reportagens de segurança pública*. Somente entendendo essa alteração no modo de tratar o fenômeno da “violência urbana” é possível compreender a gênese e os fundamentos do embate relatado acerca do que deve ou não ser tratado jornalisticamente como uma prioridade noticiosa.

Pode-se afirmar que a direção que vem sendo assumida pela editoria *local* opera em conformidade com o que Da Matta (1993) chama de *leitura teórica* ou *erudita da violência*. Segundo o antropólogo, a mais importante característica deste tipo de discurso reside no instituto de “um acentuado viés normativo, jurisdicista, formalista e/ou disciplinador, através do qual se defendem ou se atacam o ‘governo’ e o Estado, com a crítica assumindo como fundamentais as ausências de ‘autoridade’ e de justiça” (p.179). De acordo com essa nova diretriz, problemas como a “violência urbana” tendem a ser tomados como um sintoma de desordem e são, por isso, tratados como um produto auto-evidente da falta de Estado, em suas várias dimensões.

Esse tipo de discurso, ao ser objetivado no espaço do jornal, tem como apanágio a capacidade de promover e reforçar, por meio de uma espécie de magia social, o próprio papel de “definidores da realidade” (BERGER & LUCKMANN:2002) de que, voluntária ou involuntariamente, os profissionais da informação se vêem investidos. Ao construir a representação do absentismo estatal e apontar suas consequências deletérias para os cidadãos cariocas, mais do que mantê-los informados sobre a realidade que os cerca, os jornalistas atuam no sentido de orientar, conduzir ou, numa palavra, tutelar os seus leitores. E isso ocorre à medida que, conforme explica Albuquerque (2000), a grande imprensa, por ser portadora de um “discurso autorizado” (logo, legítimo) sobre a realidade social, “pode reivindicar (e o faz efetivamente) a defesa de causas do interesse geral da nação, ainda que elas se confrontem com os interesses de vastos setores (e em alguns casos da maioria¹⁹) da sociedade” (p.14).

É por conta desse tipo de visão, que reflete a configuração sociocultural brasileira e a sua tradição hierárquica, tais profissionais se arvoram o direito de não só definir as *problemáticas obrigatórias* de seu tempo, como também, em boa medida, decidir sobre a sua importância, de que forma elas devem ser tratadas e quais os espaços que lhes cabem. Em que pese uma certa dose de exagero e pretensão, é isso que revela o depoimento algo espontâneo de um dos produtores da editoria *local*. Segundo ele, “o leitor lê o que nós

¹⁹ Veja-se, por exemplo, a campanha pelo “sim” ao desarmamento assumida pelo jornal pesquisado, com editoriais e matérias frequentes aludindo ao crescimento da violência, a despeito de, na seção de cartas, a maioria esmagadora dos seus leitores se manifestar, quase que diariamente, em defesa do “não”.

queremos que ele leia! Pode ser *feeling*, ou seja lá o que for, mas o fato é que nós dizemos para o público leitor o que é importante, o que ele deve ler!”

Reside, precisamente, aí a relação entre *sensibilidade jornalística* e *construção social da realidade* que norteia e empresta sentido a este texto. Ao organizarem um discurso baseado em determinados padrões de cognição, de interpretação e de apresentação do real, os jornalistas da editoria *local*, inextricavelmente, adotam formas específicas de seleção, de ênfase e de exclusão das notícias. Por conta disso, pode-se afirmar que, a exemplo do que ocorre com outros agentes e agências do “campo jornalístico”, mais do que produzirem e difundirem informação, eles atuam de modo a contribuir para que se desenvolva uma visão de mundo que reflete a sua forma particular de apreender e representar esse mundo.

Isto posto, pode-se inferir, por fim, que, mais do que por qualquer critério pretensamente objetivo, tais jornalistas são guiados por uma espécie de disposição incorporada que lhes permite hierarquizar os acontecimentos e reconhecer neles um caráter de maior ou menor noticiabilidade. O problema que se apresenta, contudo, é que, não sendo tal disposição exclusividade deste ou daquele agente do campo, episódios como o que deu origem a este artigo parecem destinados a futuras e sucessivas repetições. Isto porque, como bem sintetizou um dos produtores da *local*, no espaço da redação, “do editor-chefe ao *repoleiro*²⁰, todo mundo acha que sabe o que é importante, o que é notícia”.

²⁰ *Repoleiro* é o responsável pelo levantamento das notícias policiais. Para isso, ele fica numa sala denominada *REPOL*, onde além de TV, rádio e telefones, há um rádio especial com frequência de polícia. Apesar de sua importância estratégica, esta é considerada uma das funções hierarquicamente menos valorizadas no espaço da redação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme asseveram Berger e Luckmann, “a realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores de realidade. Para entender o estado do universo construído em qualquer momento, ou a variação dele, é preciso entender a organização social que permite aos definidores fazerem sua definição” (2002, p.157).

Ao apresentar os critérios que, direta ou indiretamente, referenciam as ações de um determinado grupo de jornalistas, o que pretendi foi expor, ainda que em linhas gerais, o modo como estão estruturadas as suas relações e como, a partir delas, é possível se construir socialmente uma determinada realidade. Tomando a redação de um jornal (e, em especial, uma de suas editorias) como o microcosmo de um campo de poder em que diferentes agentes, contando com trunfos diferenciais, lutam pelo monopólio de definição da realidade social, procurei mostrar, através do que chamei de *sensibilidade jornalística*, quais são os elementos que regem as suas atividades, levando-os, pois, a moldar e hierarquizar de uma maneira específica as notícias e, com isso, oferecer aos leitores um determinado modo de ler e interpretar o real.

Como demonstram os estudos sobre a mídia moderna, valores como objetividade, neutralidade, imparcialidade, compromisso com a verdade, com os fatos e com o interesse público permanecem, ainda hoje, sendo apregoados nos discursos de auto-representação sobre a base deontológica que estrutura o ofício jornalístico. Em conformidade com o texto apresentado, o que gostaria de propor, alternativamente, é que, em contraposição ao fetichismo da objetividade e da neutralidade que se lhe impuseram historicamente, para ser melhor entendida, a notícia deve ser tomada como uma versão negociada dos fatos, o que significa dizer que ela é socialmente produzida, num trabalho coletivo de (re)construção da realidade social e por meio deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, A. Um Outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. In.: Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, número 4, 2000.

ALVES, C. C. C. Nelson Rodrigues e a Reportagem Policial: Realidade X Ficção. Monografia de Graduação em Comunicação Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento (22a ed.), Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico (5a ed.). São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DA MATTA, R. Os Discursos da Violência no Brasil. In.: Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa (3a ed.). Petrópolis: vozes, 2000.

KANT DE LIMA, R. Da Inquirição ao júri, do trial by jury à plea bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada (Brasil/Estados Unidos). Tese apresentada ao concurso de professor titular em Antropologia da UFF. Niterói: RJ, 1995.

KANT DE LIMA, R., MISSE, M. & MIRANDA, A. P. M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. In.: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Relume/Dumará, nº 50, 2º Semestre de 2000.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. In.: CHAMPAGNE, P. et alli. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis, Vozes: 1998.

MACHADO DA SILVA, L. A. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. In.: Sociedade e Estado, volume 10, número 2, jul-dez, Brasília, 1995.

MARCONDES FILHO, C. Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MISSE, M. Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SODRÉ, M. Sociedade, Mídia e Violência. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2002.

ZALUAR, A. Violência e Crime. In.: MICELLI, S. (Org.) O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

